

Diálogos entre experiências: pesquisa, extensão e educação popular no sistema carcerário

Victória Fernandes¹, Raíne da Silva de Brito², Isabella Almeida dos Santos³

Resumo

O presente estudo é uma investigação acerca de duas experiências ligadas à educação de jovens e adultos e à privação de liberdade, desenvolvidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que constituem um programa de extensão e um projeto de pesquisa sobre remição de pena pela leitura. Na investigação, buscamos entender como a pesquisa e a extensão são complementares na formação de estudantes de licenciaturas. Para isso, utilizamos nossas experiências como bolsistas de pesquisa ou extensão mediante uma abordagem autobiográfica e elaboramos nossas narrativas sobre a dimensão educativa, na qual estamos inseridas como estudantes de Pedagogia e de licenciatura em Ciências Sociais. Resultados iniciais indicam a importância do debate entre extensão e pesquisa, pois percebemos em nossas experiências que ambas estão numa relação dialógica. A pesquisa contribui para mapear dados, leis, referenciais teóricos a serem utilizados e as práticas que são desenvolvidas. A extensão, a partir da educação popular, tem a capacidade de promover diálogos de diferentes saberes, intercâmbios de propostas de atuação e intervenção social.

Palavras-chave

Pesquisa. Extensão. Educação popular. Sistema prisional.

¹ Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS/CNPq), do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Conhecimento (UFRGS/CNPq), do Núcleo de Etnografias Urbanas (Cebrap/NEU), do Núcleo de Estudos sobre Crítica da Colonialidade e do Núcleo de Antropologia do Direito (USP/CNPq); integrante da equipe coordenadora do Projeto de Extensão PalavraMundo. E-mail: victoria.fernandes@ufrgs.br.

² Mestranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; membro do Grupo de Estudos em Justiça, Direitos Humanos e Segurança (JUDIS) e do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE). E-mail: rainesilvab3@gmail.com.

³ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; integrante da equipe de coordenação do projeto de extensão Palavravmundo. E-mail: isabellastef@gmail.com.

Dialogues between experiences: research, extension and popular education in the prison system

Victória Fernandes⁴, Raíne da Silva de Brito⁵, Isabella Almeida dos Santos⁶

Abstract

The present study is an investigation into two experiences related to deprivation of liberty, developed at the Federal University of Rio Grande do Sul, that consists of an extension program and a research project on sentence remission through reading. In this investigation, we aim to understand how research and extension complement each other in the training of undergraduate students. To achieve this, we draw from our experiences as research or extension students through an autobiographical approach and develop our narratives on the educational dimension, in which we are immersed as students of Pedagogy and Social Sciences. Initial results indicate the importance of the dialogue between extension and research, as we perceive in our experiences that both are in a dialogical relationship. Research contributes to mapping data, laws, theoretical frameworks to be used, and the practices that are developed. Extension, from the perspective of popular education, can promote dialogues of different knowledge, exchanges of proposals for action, and social intervention.

Keywords

Research. Extension. Popular education. Prison system.

⁴ PhD student in Sociology, Federal University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; member of the Violence and Citizenship Research Group (UFRGS/CNPq), the Work, Education and Knowledge Research Group (UFRGS/CNPq), the Urban Ethnography Center (Cebrap/NEU), the Center for Studies on Criticism of Coloniality and Center for Anthropology of Law (USP/CNPq); member of the coordinating team of the PalavraMundo extension project. E-mail: victoria.fernandes@ufrgs.br.

⁵ Master degree student in Education, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil; member of the Justice, Human Rights and Security Study Group (JUDIS) and the Education and Gender Relations Study Group (GEERGE). E-mail: rainesilvab3@gmail.com.

⁶ Master degree in Education, Federal University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; member of the coordination team for the Palavramundo extension project. E-mail: isabellastef@gmail.com.

Introdução

O artigo tem como propósito traçar e identificar os vínculos e as interconexões entre as experiências de pesquisa na iniciação científica e as atividades de pesquisa e prática na extensão universitária, em torno da educação de jovens e adultos (EJA), principalmente no contexto de privação de liberdade no sistema carcerário brasileiro. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa exploratória, baseada em quatro *corpus* de dados: experiências das pesquisadoras na iniciação científica e extensão universitária; revisão de literatura sobre educação de jovens e adultos no cárcere; análises sócio-históricas da instituição prisão e da privação de liberdade no contexto brasileiro; e documentos legais, análises e pesquisas científicas realizadas em espaços educativos no cárcere.

Nesse contexto, as autoras, participantes de pesquisas relacionadas ao estudo da remição de pena pela leitura, duas delas também envolvidas em um projeto de extensão sobre privação de liberdade e direitos humanos, buscam, nas trajetórias delas, os momentos em que a pesquisa e a extensão se tornaram inseparáveis e fundamentais para as formações delas nos campos da Licenciatura em Ciências Sociais e da Pedagogia, especialmente no que diz respeito à educação de jovens e adultos em situação de privação ou restrição de liberdade.

O diálogo aqui proposto surgiu de inquietações em relação à configuração das práticas educativas e das pesquisas sobre privação de liberdade no ambiente acadêmico, onde se observa uma maior valorização da pesquisa em comparação com a extensão. Portanto, propõe-se refletir sobre como a pesquisa e a extensão não são opostas, mas complementares, e dialogam para enriquecer o conhecimento dos atores envolvidos.

A pesquisa científica desempenha um papel essencial na produção de conhecimento sobre objetos cuidadosamente construídos, seja na perspectiva do sociólogo ou do pedagogo. Isso requer uma reflexão profunda sobre a realidade social, ultrapassando as concepções do senso comum, conforme apontado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007). Ao perceber a complexidade das redes de relações dos atores, é possível, a partir do deslocamento geopolítico, explorar práticas e saberes elaborados por atores não centrados na Europa ou nos Estados Unidos. Isso evidencia a pluralidade nas formas constitutivas do conhecimento, frequentemente subalternizado pelas relações sociais históricas de dominação, tornando mais complexa a produção de saberes no campo científico.

A experiência na extensão, especialmente nos ambientes carcerários, oportuniza a produção do conhecimento de maneira não apenas verticalizada e restrita aos cientistas. A pluralidade de atores contribui para a prática e o intercâmbio de saberes, como será trabalhado

ao longo do artigo. Assim, explora-se a necessidade de repensar as práticas educativas na privação de liberdade, considerando que o Brasil é o terceiro país com a maior população carcerária no mundo, com predominância de indivíduos pretos e pardos e baixa escolaridade, de acordo com dados do Relatório de Informações Penais (RELIPEN) (2023). Isso faz parte das relações sociais vinculadas à história colonial do Brasil, marcada por classificações de sujeitos (Quijano, 2005), que persistem na forma de colonialidade não superada. Além das práticas relacionadas à privação de liberdade, os diálogos gerados também refletem ações que envolvem outros atores, como os movimentos feministas e o movimento negro, formando interseções que constituem os escopos da pesquisa e da extensão.

O contexto prisional brasileiro contemporâneo

As estratégias empregadas para garantir o controle, a organização social e a aplicação da lei são elementos de uma configuração associada ao estado neoliberal, cuja dimensão contemporânea estabelece paradigmas que moldam as relações sociais, substituindo outras formas socioeconômicas no final do século passado. Observa-se, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, um aumento significativo no encarceramento, coincidindo com a implementação de políticas de flexibilização, a terceirização do trabalho e a redução do papel do Estado de bem-estar social. Essas políticas propiciam relações frágeis entre os diversos atores sociais, gerando um sentimento de incerteza e medo (Garland, 2014). Uma resposta ao medo e à instabilidade das formas emergentes de subjetivação foi a adoção do encarceramento em massa, configurando um Estado Penal (Wacquant, 2016). Isso transforma a privação de liberdade em um negócio favorável à “administração” do Estado mínimo. Ao analisar tais dinâmicas entre o Estado e a população, Davis (2018) destaca que os interesses na punição e na privação de liberdade estão mais associados às formas de estratificação social e racial de certos corpos do que ao efetivo controle e estabilidade social.

Os fenômenos do chamado “norte global” encontram paralelos no contexto brasileiro, marcado por uma constituição colonial e escravocrata, estruturas racistas e classistas perpetuadas pelas relações da modernidade-colonialidade. Essas dinâmicas são evidenciadas no maior encarceramento de pessoas negras em comparação com pessoas brancas, nas ocupações comuns no mercado de trabalho, nas oportunidades educacionais e na concentração de indivíduos não brancos em áreas periféricas das cidades, por exemplo.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma organização não governamental dedicada ao

estudo técnico nessa área, em colaboração com o DEPEN, as pessoas negras representam 68,2% da população carcerária, enquanto os brancos correspondem a 30,4%. Além da expressiva representação de pessoas negras no sistema carcerário, a faixa etária predominante entre os 832.295 indivíduos privados de liberdade no Brasil é de 18 a 34 anos (62,6%). A maioria está detida por crimes relacionados ao tráfico de drogas, decorrentes da chamada “guerra às drogas” – um total de 171.950 pessoas.

Na guerra às drogas há uma sinergia entre o racismo e o ódio de classe, a junção desses marcadores sociais determina as vítimas dessa guerra. O racismo como marcador determinante que se associa com a classe na produção dos brasileiros extermináveis. Nesse sentido, o negro é duplamente discriminado no Brasil, por sua situação socioeconômica e por sua cor de pele (Ferrugem, 2018, p. 79).

Os jovens negros são os mais impactados por essas políticas de administração pública, uma realidade que pode ser reconhecida como uma biopolítica que gerencia as vidas e as mortes de populações por meio das relações de poder. No caso do encarceramento, essa gestão de poder representa uma dominação que permeia o passado, o presente e as perspectivas futuras da população brasileira.

Além disso, o aprisionamento é caracterizado por condições precárias de vida que violam os direitos constitucionais e humanos dos indivíduos. Conforme os últimos dados do Relipen (2023), há um déficit de 156.427 vagas em celas físicas, resultando na superlotação das prisões e na falta de suprimentos e condições básicas para a sobrevivência. Em relação ao nível de instrução dos/as presos/as detidos/as em celas físicas, o relatório aponta que aproximadamente 44,5% possuem ensino fundamental incompleto e 17% têm ensino médio incompleto. Aproximadamente 26% das pessoas privadas de liberdade participam de atividades educacionais oferecidas no cárcere, desde a alfabetização aos cursos técnicos (RELIPEN, 2023).

Esses dados indicam que o encarceramento é, também, fruto de relações e construções sócio-históricas que remontam ao processo de colonização e escravização, transformando-se, na sociedade contemporânea, em outras formas de opressão e repressão. Por meio da biopolítica (Foucault, 2015), os corpos aprisionados tornam-se partes de um poder produtivo, com a intenção de moldar indivíduos favoráveis a uma “economia de vidas” (Foucault, 2015) e ao Estado, o que pode justificar as práticas de encarceramento em massa baseadas em paradigmas de medo, organização social, repressão e segurança pública.

A punição pela privação de liberdade não é apenas uma resposta a um delito e a um crime; é uma ação que retira o ser humano do convívio com a sociedade “livre” e o aparta por um determinado tempo em um espaço específico. Quando analisamos quem são os sujeitos encarcerados, percebemos que há um grande aprisionamento de pessoas negras e de pessoas pobres, marcados pela subalternização desde o período colonial, não por cometerem mais crimes, mas por serem colocadas em posições marginalizadas e criminalizadas. O encarceramento em massa é uma das expressões do racismo estrutural e institucional (Borges, 2019). A criminalização é também anterior à condenação pelo juiz; é o estigma social (Goffman, 1988) que caracteriza algumas pessoas como perigosas, como propensas a cometerem crimes, mesmo sem condenação oficial.

Ao entrar no microcosmos da prisão, deparamo-nos com a desumanização dos sujeitos presos, desde o espaço insuficiente para comportar todas as pessoas até o tratamento direcionado a elas. As prisões brasileiras são marcadas pela superlotação, pela falta de recursos mínimos para uma vida saudável, pela recorrência de doenças como sarna, piolho, tuberculose, pela falta de acesso à escola e ao trabalho e, sobretudo, pela violência. Além dessas características, há aspectos das estruturas das prisões que constituem esse cosmos, como o espaço pensado para maior controle dos sujeitos, das rotinas, dos processos de entrada e de mortificação do eu (Goffman, 1975), e as estruturas arquitetônicas que refletem a hostilidade do lugar e, principalmente, o tempo ocioso que se alonga dentro da prisão.

Nesse sentido, a infraestrutura prisional escassa e precária é uma tentativa de produzir subjetividades que possam ser contidas e controladas pelas instituições, indo de encontro aos princípios da Educação Popular. Portanto, a relação entre educadores e educandos, os projetos de remição pela leitura, as oficinas e as escolas no cárcere podem ser espaços de ruptura tanto com a própria instituição quanto com as violências e estigmas que se perpetuam por meio da modernidade-colonialidade.

Educação na privação de liberdade

Para abordar a educação em contextos de privação e restrição de liberdade, é necessário situá-la como um componente dos direitos constitucionais dos cidadãos, garantidos e regulamentados por instrumentos legais, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a Lei de Execução Penal de 1984, bem como outras legislações, incluindo o Plano Nacional de Educação de 2011 e as Diretrizes Nacionais da Educação Básica de 2013. Configurada como um direito dos cidadãos e um dever do Estado, a oferta e implementação da

educação nos espaços de privação de liberdade busca potencializar a humanização dos indivíduos, assegurando o direito à educação e à escolarização sem distinção ou homogeneização das pluralidades.

A educação no cárcere enfrenta inúmeras dificuldades. Esses problemas estão relacionados às próprias condições precárias do encarceramento, como a falta de infraestrutura adequada, professores, ausência de materiais didáticos-pedagógicos e salas inadequadas que, por vezes, são adaptadas das próprias celas, além da falta de vagas nas escolas, trabalhos e outros projetos para dar conta de todo o contingente prisional, destacam-se como as condições de tratamento das pessoas presas, caracterizadas por violências simbólicas e materiais. Por esses motivos, a privação de liberdade estabelece formas de relação entre os atores humanos e não humanos que não se alinham com os ideais da Educação Popular, a qual visa a expandir horizontes físicos, éticos e intelectuais para o desenvolvimento e a libertação dos indivíduos (Ireland, 2010). Diante desses desafios, a educação surge como uma possibilidade alternativa, enfrentando as restrições e debilidades do ambiente prisional.

Pesquisas como a de Onofre (2011) demonstram que os saberes aprendidos dentro da prisão transcendem as práticas escolares, envolvendo comportamentos, códigos de conduta da instituição, vocabulários compartilhados entre os presos e as formas de organização estabelecidas. Ao mapear os sentidos da escola, percebe-se que as práticas educativas não são as únicas intencionalidades. Esse é o momento em que é possível ocupar o tempo, aprender a ler, melhorar as condições de vida e estabelecer relações de amizade com outros presos e com os/as professores/as, além de ser um espaço-tempo que permite a retirada das “máscaras” necessárias dentro da prisão (Onofre, 2011).

Julião (2007) destaca a possibilidade de rastrear confluências entre os sentidos de integração social, educação e escolarização, reconhecendo simultaneamente a dimensão repressiva da escola, baseando-se em experiências anteriores e na reprodução das formas escolares fora dos muros da instituição. Dessa forma, é necessário refletir sobre em qual abordagem teórica e prática ancorar-se e propor, conforme discorre Onofre:

Há que se propor, no entanto, uma escola onde possam exercitar em suas interações diárias, valores, atitudes e condutas condizentes com os direitos humanos que, até então, podem lhes ter sido negadas, mas que, como sujeitos de direitos, devem aprender como trabalhar para sua própria libertação. Nesse sentido, a educação deixa de ser um momento de distração (ocupar o tempo), para se tornar uma oportunidade real de melhorar sua conduta e hábitos, em favor de uma futura (re)integração social positiva (Onofre, 2011, p. 284).

As reflexões sobre a escola e as práticas educacionais são de extrema importância, ancorando-se na reflexividade histórica e social, uma vez que a educação no Brasil foi historicamente marcada pela exclusão de determinados grupos, especialmente pessoas negras, indígenas e pobres. Portanto, torna-se um dever do educador compreender o alcance das relações estabelecidas e aprofundar a análise das estruturas que perpetuam essas desigualdades.

Observa-se, no cruzamento entre escolarização/educação e sistema prisional, que a hostilidade do sistema e da educação tradicional precisam ser tensionadas com o objetivo da educação horizontal, significativa, dialógica e viva. A LDB define a EJA como uma modalidade com especificidades, uma delas é a necessidade de valorizar e inter-relacionar as trajetórias escolares e não escolares junto à construção da educação pelos sujeitos. Por isso é preciso conhecer os sujeitos, entender que as demandas perpassam o currículo e o plano pedagógico da escola. “Faz-se necessário valorizar o movimento prática-teoria-prática, além de considerar o tempo necessário para uma formação de qualidade e a aceleração dos processos, tanto os de formação dos professores como os de aprendizagem dos alunos” (Pessoa *et al.*, 2019, p. 78).

A prática educacional que se restringe aos saberes escolares, sem a construção dialógica do conhecimento a partir dos atores e suas vidas, está intrinsecamente ligada ao projeto da colonialidade de poder e saber (Restrepo; Rojas, 2010). A colonialidade de poder se manifesta por meio da privação de liberdade e da punição de corpos historicamente marcados, enquanto a colonialidade dos saberes se reflete na construção hierárquica dos conhecimentos, muitas vezes centrada na figura do professor, excluindo e apagando outros saberes (Fernandes, 2020), descorporificando o sujeito do conhecimento. Essa reflexão destaca a importância de repensar as práticas educacionais, promovendo um diálogo mais amplo e inclusivo, e reconhecendo e valorizando diferentes formas de conhecimento:

A efetivação de oferta dos direitos básicos assegurados é o primeiro percalço da trajetória, tendo suas dificuldades geradas na intencionalidade de projeto de sociedade em que está inserido, além disso, as dificuldades são impostas e expressas também pela própria instituição prisional e seu caráter desumanizante. E, por último, a importância da reflexão na prática docente sobre a construção das relações e dos processos educacionais na EJA em prisões (Fernandes, 2020, p. 47).

A educação popular não apenas enfatiza o caráter político intrínseco à construção da educação, como ressalta a importância da relação interpessoal para a sua existência e para a viabilidade de caminhos alternativos que visem à emancipação dos educadores e educandos. Esse conceito é articulado por Walsh (2009) como algo que transcende a mera prática

educacional, configurando-se como um projeto abrangente de natureza política, social, epistêmica e ética: “La interculturalidad crítica expresa y exige una pedagogía, y una apuesta y práctica pedagógica que retoman la diferencia en términos relacionales, con su vínculo histórico-político-social y de poder, para construir y afirmar procesos, prácticas y condiciones distintos” (Walsh, 2009, p. 13).

Nesse contexto, reflete-se sobre as experiências educativas empreendidas nas escolas dentro do ambiente prisional, com o intuito de construir uma educação popular contextualizada e significativa. Essa reflexão deve também pautar-se em documentos legais, tanto nacionais quanto internacionais, para justificar a necessidade de implementação e de uma mudança paradigmática em relação aos objetivos da escolarização e da educação, além de abordar de maneira transversal a necessidade e as formas estabelecidas de privação de liberdade.

A educação em ambientes carcerários também demanda um planejamento cuidadoso, que faça sentido para aqueles que irão conduzir oficinas ou aulas. Esse planejamento, aliado à perspectiva aqui proposta, parte dos contextos de vida e das experiências cotidianas, levando em consideração os atravessamentos socioculturais. Uma das tarefas da educação popular e democrática é a de possibilitar às classes populares o reconhecimento e desenvolvimento de sua linguagem, uma linguagem que emerge e volta-se para sua realidade (Freire, 2013). Além disso, é essencial que o processo de encarceramento seja considerado pelos educadores, uma vez que a realidade material se impõe na escola “entre as grades”.

Conforme descrevem Godinho, Julião e Onofre (2020), pensar em educação popular nas prisões é complexo por ser um espaço que reforça o estigma, a violência e, além disso, em função dos inúmeros desafios estruturais aqui citados. Apesar disso, essa discussão apresenta grandes potencialidades, uma vez que a educação popular, pautada em uma perspectiva dialógica, permite o reconhecimento do protagonismo dos estudantes no seu processo de aprendizagem, reafirma a humanidade deles, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, e capacita-os a pensarem criticamente sobre si e sobre o mundo, reconhecendo e contestando as estruturas de poder e as desigualdades sociais.

Diante das questões explicitadas, faz-se necessário pensar em uma universalização do ensino no sistema prisional, considerando processos educativos que não desconsiderem quem são esses sujeitos e quais são suas especificidades, promovendo oportunidades que não apenas elevem o grau de escolaridade e os preparem para um trabalho mais qualificado, mas que, sobretudo, promovam processos de educação permanente, educação para toda a vida, que vai além do tempo de aprisionamento (Maeyer, 2011; 2013).

A experiência da pesquisa científica

O projeto de pesquisa “A leitura no sistema prisional: potencialidades e desafios da remição de pena pela leitura no Brasil” foi desenvolvido pela Prof^ª. Dr^ª. Ana Cláudia Ferreira Godinho, vinculada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e teve duração de 2019 a 2022. Durante esse período, o grupo de pesquisadoras dividiu-se em duas partes distintas. Uma delas dedicou-se à busca de portarias e documentos legais relacionados aos projetos de remição de pena pela leitura em todo o território nacional. Concomitantemente, a outra parte do grupo empreendeu um mapeamento de teses e dissertações, seguido pela leitura e compartilhamento desses materiais entre os membros do grupo.

Essa divisão de tarefas revelou-se essencial devido ao grande número de estados brasileiros pesquisados e à vasta quantidade de documentos examinados. Esse método resultou em descobertas relevantes para o projeto, ao mesmo tempo, em que possibilitou transcender barreiras espaço-temporais na pesquisa, de forma a evitar a limitação ao contexto regional e permitir uma compreensão mais abrangente do sistema carcerário brasileiro. Além disso, a abordagem transdisciplinar foi adotada como um objetivo no campo da educação, indo além da escolarização e dialogando com estudos de diversas áreas.

Outro aspecto a ser considerado é o respeito às trajetórias e interesses individuais de cada pesquisadora no grupo. É importante destacar que todas as integrantes provêm de graduações em licenciaturas distintas e, mesmo aquelas que compartilham a mesma formação, têm percursos e aprendizagens anteriores singulares. Essas considerações têm reflexos diretos na orientação e direcionamento da pesquisa, considerando que o “reconhecimento da aprendizagem anterior tem precedência sobre os currículos tradicionais” (Josso, 2020, p. 44).

O reconhecimento das trajetórias pessoais das pesquisadoras é uma parte elementar para viabilizar o diálogo e a construção colaborativa no grupo de pesquisa. Essa prática de reconhecimento não se restringe apenas às integrantes do grupo; ela é fundamental também para os atores pesquisados, orientando todo o projeto de pesquisa.

Desde o início, o projeto buscou promover e construir olhares críticos e fundamentados para a análise dos fenômenos sociais. Isso implica o reconhecimento dos desafios enfrentados pela sociedade brasileira, como estigmas (Goffman, 1980) e violências materiais e simbólicas, que estão intrinsecamente ligados ao *modus operandi* da colonialidade. Essa abordagem crítica visa a proporcionar uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos em estudo, contribuindo para a construção de conhecimentos significativos e engajados.

Estrutura dos encontros

As reuniões semanais tinham como objetivo, de forma intercalada, a exposição de resultados da pesquisa e a formação teórica acerca dos temas trabalhados e tangentes à pesquisa que estava sendo construída. A partir das discussões em grupo, foi possível compreender a importância do estudo sobre a educação em prisões, assim como a necessidade de sua abordagem científica por pesquisadores, ancorada em referenciais teóricos, que apontam a urgência de atentar-se à historicidade da privação de liberdade, da educação, bem como o estudo dos processos de apagamento, de violência existentes nas relações dentro do sistema carcerário.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...] Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 2002, p. 14).

A formação do educador também se estende a ambientes negligenciados por algumas práticas e pesquisas educacionais, como o cárcere. Ao capacitar pedagogas para o planejamento em sala de aula, a Faculdade de Educação possibilita a construção de um olhar crítico e objetivo sobre diversas temáticas, que não se limitam aos muros da escola, abrangendo manifestações culturais, educação não formal, saúde, destacando novamente a importância da transdisciplinaridade e outras formas de pensar a importância de um fazer pedagógico comprometido com as classes populares e com a garantia de seus direitos.

A proposta de pesquisa, em seus vários aspectos, oferece a oportunidade de aprendizado de técnicas de pesquisa que, com o tempo, tornam o processo científico mais dinâmico. Além disso, alinhada com as concepções de Paulo Freire, a pesquisa valoriza o afeto e a construção de relações significativas como ferramentas que contribuem para todo o processo. Por exemplo, os laços de companheirismo formados no grupo foram fundamentais para a continuidade da pesquisa em tempos de isolamento social, instabilidade e incerteza nas experiências acadêmicas e não acadêmicas. Esses vínculos fortalecem o comprometimento e a resiliência das pesquisadoras diante dos desafios enfrentados.

Disciplina “Educação de Jovens e Adultos em Contextos de Restrição e Privação de Liberdade”

É pertinente destacar como algumas das estudantes envolvidas no projeto tiveram contato e se aproximaram da pesquisa. Uma das formas de integração foi por meio da participação na disciplina “Educação de Jovens e Adultos em Contextos de Restrição e Privação de Liberdade”, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Ferreira Godinho. Essa é a única disciplina da universidade que foca na educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, oferecendo aos estudantes a oportunidade de explorar autores relevantes para o tema, participar de debates clássicos e contemporâneos, e iniciar sua imersão no campo de estudo e atuação.

No que diz respeito às práticas educativas, a abordagem de Paulo Freire ressalta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (Freire, 2002, p. 2). Essa abordagem converge com as dinâmicas estabelecidas a partir da integração à pesquisa, que tinha como objetivo a elaboração coletiva de um projeto escrito. Esse projeto visava a auxiliar na formação de futuras educadoras e pesquisadoras, contribuindo também para os estudos na área. Além disso, a orientadora expressou a intenção de promover debates e trocas de conhecimento, iniciando já na disciplina mencionada. Dentre os principais autores abordados na disciplina, destacam-se Michel Foucault, Loic Wacquant, Erving Goffman, Angela Davis e Juliana Borges. A diversidade de pensadores é uma característica que possibilita o diálogo entre diferentes vertentes teóricas, permitindo diferentes apropriações por parte dos estudantes de diferentes licenciaturas.

Fundamentação teórica

No contexto dos autores utilizados durante a pesquisa, é crucial mencionar que os estudos não se limitaram apenas a aspectos teóricos relacionados ao cárcere; também foram exploradas referências metodológicas de pesquisa, abrangendo abordagens qualitativas e quantitativas. Essa abordagem contribui para a formação das estudantes em suas respectivas graduações.

Dentre os diversos autores presentes na disciplina e no plano do projeto, destaca-se o sociólogo e antropólogo Erving Goffman, cujas contribuições teóricas se concentram na conceptualização das instituições totais e nos processos de mortificação do eu. O conceito de instituições totais refere-se a ambientes que aprisionam e privam os indivíduos de interações com pessoas externas, como exemplificado em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos*. Já o conceito de mortificação do eu descreve o processo de tentativa de descaracterização da individualidade e subjetividade, visando a fortalecer a alienação do sujeito. Um exemplo disso

é a padronização estética imposta aos indivíduos desde a entrada deles em instituições totais, onde são induzidos a abandonar suas vivências e identidades, submetendo-se a uma homogeneização que os distancia de suas características individuais e sociais.

Os encontros sobre Goffman reforçaram a perspectiva de que o acesso à educação, leitura e literatura são direitos fundamentais a serem garantidos à população encarcerada. Buscando promover equidade social e uma possível reversão da mortificação, a reflexão a partir desse autor pode direcionar propostas educativas que se afastem das formas de alienação por meio da educação, caminhando em direção a uma abordagem libertadora. Para Freire (2013), o educando é quem mais deve compreender a necessidade da educação, aliada à libertação: “Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (Freire, 2013, p. 43). A liberdade refere-se à capacidade de desenvolver pensamento crítico, analítico e reflexivo, permitindo que o sujeito estabeleça conexões entre as aprendizagens nas oficinas ou aulas e sua própria vida. Nesse contexto, a liberdade busca recuperar o que foi retirado do sujeito ao encarcerá-lo.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, o filósofo Michel Foucault foi o autor mais extensivamente estudado, com foco especial em sua obra *Vigiar e Punir* (1975). Este livro é de extrema relevância para o campo da pesquisa, pois aborda as transformações socioculturais das punições, enfatizando os diferentes escopos ao longo da história, com destaque para o corpo e as formas de subjetivação. Ao longo de várias semanas, o grupo de pesquisa realizou uma leitura coletiva do livro, proporcionando um espaço para manifestações de impressões, dúvidas, questionamentos, imersão que serviu como ponto de partida para novas reflexões e leituras subsequentes.

II Jornada de Estudos sobre Educação de Jovens e Adultos em Contextos de Privação e Restrição de Liberdade

A participação na II Jornada de Estudos sobre Educação de Jovens e Adultos em Contextos de Privação e Restrição de Liberdade proporcionou um espaço de diálogo com outros pesquisadores engajados na temática da privação de liberdade. O evento serviu como troca de experiências, com debates teóricos e práticos que destacaram a importância da defesa da educação em contextos prisionais para questionar e desafiar imposições sociais, imaginários e estereótipos.

A diversidade de abordagens e trabalhos apresentados durante a jornada ressaltou a transdisciplinaridade como uma abordagem fundamental para lidar com a complexidade da educação em prisões. A construção conjunta de ferramentas que promovam uma relação libertadora entre os atores envolvidos, confrontando as imposições institucionais, como a mortificação do eu proposta por Goffman, destaca-se como um objetivo central na pesquisa em andamento. Em suma, o engajamento em eventos e a interação com outros pesquisadores contribuem significativamente para o aprimoramento da pesquisa e enriquecem o repertório teórico e prático dos estudantes, algo que deve estar presente ao longo da trajetória formativa.

Experiências na extensão

A participação no projeto de extensão “Grupo de Artesanato com mulheres: sabonetes artesanais e ecofeminismo”, coordenado pela Profa. Aline Cunha, representou uma oportunidade para a integração de conhecimentos e práticas relacionadas à educação popular, ecofeminismo, cárcere e vulnerabilidade social fora dos muros da universidade. O envolvimento no grupo permitiu não apenas a aprendizagem teórica, mas a troca de saberes e a criação colaborativa de propostas de trabalhos e oficinas, agregando ao projeto de educação popular de forma plural e diversificada. Essa experiência constitui a formação docente, uma vez que proporcionou o contato e o aprofundamento acerca das complexidades enfrentadas por mulheres em situações de vulnerabilidade. O envolvimento direto e engajado permite a ampliação da compreensão sobre as relações de poder que conformam desafios às mulheres, ao mesmo tempo em que tais sujeitas continuam a resistir.

A abordagem do projeto de extensão foi pautada pelo diálogo entre diferentes atores, tanto dentro quanto fora da universidade, visando a superar visões verticalizadas sobre o objeto de atuação. As ações desenvolvidas buscaram promover intercâmbios de saberes feministas, habilidades em artesanato, conhecimentos sobre chás medicinais, fotografia e estudos literários.

As experiências vivenciadas no projeto refletem a perspectiva freireana de leitura e a inserção no mundo concreto, destacando-se nas práticas artesanais que vão além da produção de produtos como mercadorias. Ao reconstruir significados no processo de criação, a prática artesanal se torna uma forma dialética de aproximação do sujeito consigo mesmo. Assim, a produção não se limita apenas ao produto final, mas abrange principalmente os processos criativos de conhecimento material e simbólico, emergindo nas formas cotidianas das relações.

Oficinas na Escola Porto Alegre (EPA)

A Escola Porto Alegre (EPA) é uma escola da rede municipal, criada em abril de 1994 em um contexto de implantação do projeto Escola Cidadã, o qual tinha por objetivo desenvolver uma gestão democrática e garantir a qualidade de ensino apoiada nos referenciais teóricos de Paulo Freire. A criação da EPA também é resultado de mobilizações da sociedade, cujo objetivo era cumprir o que estava prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em atender jovens e adultos em situação de abandono, violência, exploração e com vínculo familiar fragilizado que foram excluídos do processo de escolarização formal. Atuando em parceria com a Educação Social de Rua para construir uma metodologia adequada para o grupo atendido (PPP, 2013).

A Escola Porto Alegre oferece exclusivamente a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), focando nos objetivos de garantir a escolarização de pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade pessoal e social. A possibilidade de desenvolver oficinas nesse estabelecimento educativo proporcionou construir coletivamente um espaço-tempo de educação popular fora dos muros da universidade. O projeto envolveu oficinas artesanais transdisciplinares e abordou temas relacionados às “manualidades”, como a aprendizagem coletiva da produção de mandalas de lã, saberes tradicionais a partir da troca de conhecimento sobre ervas medicinais e o olhar “fotográfico” a partir da tentativa de compreender as experiências vividas na escola a partir da fotografia.

Durante as oficinas, o diálogo e o intercâmbio de experiências foram uma parte essencial do processo educativo. Os participantes não apenas aprenderam sobre os temas específicos das oficinas, mas compartilharam suas trajetórias de vida, experiências e planos para o futuro, que a partir das oficinas eram suscitados. Esses momentos partiam do potencial dialógico da Educação Popular, a partir da criação, reflexão e envolvimento para além da reprodução escolar, proporcionando uma alternativa às práticas educacionais convencionais que apresentam dificuldades em envolver educandos da modalidade da EJA.

A abordagem transdisciplinar e dialógica incorporada nas oficinas contrasta com práticas educacionais historicamente marcadas por discursos salvacionistas e voluntaristas, especialmente na EJA. A resistência e a Educação Popular são construídas ao longo de um processo que envolve desafiar a hierarquização das relações educacionais, que diluem muitas vezes os conhecimentos, contextos e sujeitos em busca de uma padronização do conhecimento. Isso reflete a crítica à colonialidade do saber, que busca reconhecer e preservar a diversidade de conhecimentos e formas de existir.

Ao pensar na educação de jovens e adultos, é fundamental compreender as construções sócio-históricas das práticas educacionais e identificar os paradigmas propostos. A abordagem adotada destaca a importância de localizar as práticas educativas em oposição à fragmentação dos conhecimentos e das formas de existência, promovendo uma educação incorporada, democrática, inclusiva e contextualizada.

Minicurso com Maria Salete Van der Poel

No mesmo ano, foi organizado o minicurso com a professora e pesquisadora Maria Salete Van der Poel, conhecida no Brasil por seu trabalho na educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, juntamente com Paulo Freire. O minicurso visava a trabalhar a temática da educação popular e da educação no cárcere, proporcionando aos participantes um debate sobre as intencionalidades da educação e das práticas pedagógicas. Neste minicurso, houve a oportunidade de aprofundar e de conhecer novos debates educacionais, os quais foram decisivos para as práticas docentes durante os estágios obrigatórios.

Além disso, o minicurso constituiu-se de pessoas de todas as idades, alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que estudam ou não a temática, de forma a construir um espaço aberto a uma prática de democratização do conhecimento, além de expandir os debates acerca da educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade. O curso propôs identificar questões atuais das práticas educacionais, desde a forma pela qual é desenvolvida a educação, os sujeitos da educação e a alfabetização de jovens e adultos.

Oficina com a Universidade Aberta à Terceira Idade de Pelotas (Unati-Ufpel)

A oficina realizada na Universidade Aberta à Terceira Idade de Pelotas (UNATI-UFPel) abordou os temas de gênero e terceira idade, utilizando leituras de textos feministas e, especialmente, o livro *A Velhice* (1976) de Simone de Beauvoir. O foco era pensar o envelhecimento na sociedade ocidental, destacando o silenciamento e o apagamento das pessoas idosas de espaços de destaque, da esfera pública, conforme discutido pela autora.

Naquele momento, buscamos trabalhar com diferentes públicos da EJA, que muitas vezes são invisibilizados, como o caso de idosas e idosos que buscam retomar ou recomeçar os estudos. Simone de Beauvoir destaca que a sociedade determina o lugar da pessoa idosa a partir de uma posição desprovida de autonomia para pensar e agir. No entanto, a UNATI se apresenta

como um espaço-tempo diferente, proporcionando um ambiente de escuta e aprendizado dialógico com as pessoas da terceira idade. A oficina sobre gênero e terceira idade buscou dar voz a diferentes experiências, envolvendo teóricas, estudantes, docentes, e outros participantes.

A proposta da oficina incluiu apresentações, debates e oficinas de fotografias, promovendo um diálogo com mulheres que muitas vezes são invisibilizadas devido à idade, dentro de uma lógica patriarcal e etarista que conforma a sociedade ocidental. A troca de conhecimentos e a reflexão sobre o envelhecimento das mulheres se mostraram pertinentes, trazendo à tona questões relevantes sobre os processos vivenciados pelos atores, seja na educação de jovens e adultos, no cárcere ou em outros contextos.

Nesse sentido, é preciso criar espaços de discussão sobre temas alijados da universidade. São debates essenciais para trabalhar as complexidades do processo de envelhecimento, especialmente pela forma como ele apresenta desafios específicos relacionados aos desejos e às necessidades da população idosa.

Associação de Proteção ao Condenado (APAC-RS)

Em 2019, os dois programas - pesquisa e extensão - estreitaram laços, possibilitando que o grupo iniciasse oficinas de leitura e remição de pena na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Porto Alegre. A APAC é uma entidade civil de direito privado que atua como auxiliar do poder Judiciário e Executivo na aplicação de penas de privação de liberdade e tem como objetivo a recuperação e reintegração das pessoas presas. A instituição preza pelo cumprimento de pena com caráter individualizado, ou seja, busca trabalhar com um número pequeno de presos ou recuperandos, como são chamados.

As oficinas eram divididas em duas partes principais: inicialmente uma discussão mais teórica sobre literatura, leitura e língua portuguesa e; em seguida, debates sobre alguma obra que estava sendo lida em conjunto com a turma, intercalando as reflexões sobre o livro com temáticas tangentes às vivências dos sujeitos que compunham as oficinas - educadores e educandos.

O direito à leitura da população prisional está amparado na legislação brasileira pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal de 1984. Entretanto, foi somente no ano de 2012 que a remição de pena pela leitura no Brasil foi regulamentada, a partir da Portaria Conjunta n. 276, que instituiu o “Projeto pela Leitura” no Sistema Penitenciário Federal. Após a referida portaria ter sido implementada nas Penitenciárias Federais, o Conselho Nacional de

Justiça divulgou a Recomendação n. 44, que determina condições para que os estados formulem suas próprias propostas e conjunções para a remição de pena pela leitura.

Os encontros tinham duração de uma hora e ocorriam uma vez por semana, reservando a última semana do mês para a elaboração de resenhas sobre os livros escolhidos pelos participantes, como parte do processo de remição da pena. Durante as oficinas, a leitura era realizada de forma colaborativa entre os educandos e as professoras. Além disso, a coordenadora do projeto também promovia o ensino da língua portuguesa em um ambiente educativo não-formal, em que a prática da leitura se entrelaça com reflexões sobre os temas abordados pelos participantes.

Para além da ocupação de tempo, da possibilidade de melhorar as condições de vida, da construção de um espaço de socialização e das trocas de saberes e conhecimentos, a educação é um direito constitucional e humano, por isso a necessidade primeira de sua existência, independente de quem sejam os sujeitos. Essa modalidade, a educação de jovens e adultos em contexto de privação de liberdade, é por si só um direito ao acesso à educação que, por motivos sociais, econômicos e históricos foi negado, sendo de suma importância garantir o direito universal.

Essa experiência, em relação à formação docente, proporcionou contato com um campo não tradicional de educação e explorou temas emergentes, como educação de jovens e adultos, privação de liberdade e diferentes possibilidades de educação. Além disso, permitiu uma imersão no espaço-tempo da APAC, possibilitando conhecer relatos de vida, formas de resistência e trajetórias de pessoas que passaram pelo sistema prisional no Rio Grande do Sul.

Ao longo do projeto, foram explorados os fundamentos teóricos dessas práticas, incluindo educação de jovens e adultos, privação de liberdade, leitura, educação popular e práticas de extensão. As oficinas possibilitaram criar espaços não só de instrução técnica, abordando a literatura em sua possibilidade estética e criativa, frente a um ambiente e a relações que cerceiam a liberdade. Além do mais, destaca-se que todas as formas de sociabilidade propiciadas pelas oficinas fazem parte das formas dialógicas da educação popular, contribuindo à aprendizagem de todos os sujeitos da aula.

Seminário de formação: mulheres, a prisão e a rua

Em 2020, em razão da pandemia da Covid-19, o Seminário de formação: mulheres, a prisão e a rua foi organizado e realizado na modalidade virtual. Este seminário, com duração de 60 horas, proporcionou uma formação continuada sobre a educação em espaços de privação

de liberdade. O evento contou com a participação de convidados especializados no tema, incluindo estudiosos, professores, educadores sociais e outros profissionais envolvidos nas práticas educativas em contextos de privação de liberdade.

Além dos encontros semanais e dos debates síncronos, os participantes eram desafiados a refletir sobre os temas propostos por meio de perguntas apresentadas nos formulários de presença. A realização do seminário permitiu não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos e organizacionais, mas possibilitou o contato com pesquisadores de referência na área, debates contemporâneos sobre a educação dentro e fora do cárcere e a emergência de novas questões em meio à situação da pandemia.

O seminário contribuiu para uma formação mais específica sobre o tema, enriquecendo a compreensão das práticas educativas em contextos de privação de liberdade e proporcionando um espaço valioso para a discussão e a troca de experiências entre os participantes.

Mostra fotográfica: mulheres, a prisão, a pandemia e a rua

Todo ano era realizada a Mostra Fotográfica: mulheres, a prisão e a rua no *campus* da universidade, com o objetivo de retratar momentos, situações e ambientes relacionados às mulheres envolvidas nas ações de extensão. Nas fotografias, buscava-se trabalhar analiticamente o cotidiano do aprisionamento, especialmente naquilo que marca a experiência da mulher encarcerada. À vista disso, os marcadores de gênero e raça entrelaçavam-se às imagens capturadas e circulavam a partir das sensibilidades de quem vivia, fotografava e olhava. Entretanto, no ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19 e à realização remota de trabalhos, reuniões e ações, a Mostra foi repensada. A partir de decisão conjunta, refletimos acerca do cotidiano das bolsistas e coordenadoras na quarentena, capturando momentos que expressam as realidades dessas mulheres nos espaços de confinamento.

As fotografias foram realizadas nos contextos das integrantes, destacando os momentos cotidianos, as vistas possíveis a partir do espaço-tempo da casa, das práticas artesanais e pedaços do ambiente doméstico e das convivências que se tornaram centrais durante a pandemia. Como base, compreendia-se que a fotografia ultrapassa uma “representação do real”, avançando para o plano reflexivo analítico da experiência vivida, como destacado por Rocha (1999). No contexto pandêmico, a atividade contribuiu para atribuir sentidos e significar o espaço-tempo restrito, bem como as relações que se estabeleciam em torno de uma rotina com diversos fluxos interrompidos.

A Mostra foi apresentada e publicizada por meio da plataforma virtual *Instagram*, especializada em compartilhamento de fotografias. Esse momento levou a refletir sobre os diferentes contextos cotidianos, proporcionando uma outra abordagem das posições ocupadas por diferentes mulheres, sobre o que constitui as mulheres em seus lares, seus trabalhos, nas ruas, nas relações sociais, bem como aquilo que lhes é singular dentro de experiências compartilhadas socialmente. A Mostra gerou debates sobre essa forma de reclusão, bem como sobre o aumento e potencialização da violência doméstica durante a pandemia do Covid-19 (Vieira *et al.*, 2020).

Diálogos e considerações possíveis

A integração entre pesquisa e extensão ainda é um desafio. Compreende-se a importância de estabelecer um processo dinâmico que pode levar ao encontro de saberes, tanto semelhantes quanto singulares. Os estudos realizados a partir desta pesquisa permitiram explorar a amplitude de projetos nacionais voltados para a educação de pessoas em espaços de privação de liberdade, uma atividade que potencializa o processo formativo a partir do pensamento crítico. A extensão, por sua vez, pode ampliar esses e outros aspectos por meio de ações que alcançam diferentes espaços, especialmente na privação e na restrição de liberdade.

É essencial compreender que a universidade não pode ser vista como algo separado da sociedade, uma vez que ela é constituída por essa sociedade, assim como pelos interlocutores e sujeitos de pesquisa. Os atores envolvidos na pesquisa estão em diversas áreas e situações da vida cotidiana, algo evidenciado no projeto de extensão que se inicia na universidade.

A formação de professores que desejam trabalhar em prisões é uma questão que precisa ser trabalhada descentralizando e ampliando o processo de aprendizagem que se inicia na sala de aula. Os currículos dos cursos de licenciatura, em geral, muitas vezes não contemplam a possibilidade de pensar em espaços além da escola como ambientes de aprendizagem. A potencialidade da extensão está na capacidade de se entrelaçar com a pesquisa e com as práticas pedagógicas em ambientes diversos, escolares e não escolares.

Ao abordar o cruzamento entre licenciaturas, é notável a relação das práticas pedagógicas com o que pode ser experienciado pela extensão e ser objeto de análise na pesquisa. A complementaridade entre os discursos de Pedagogia e Ciências Sociais se evidencia nos debates e apropriações de teorias trabalhadas, permitindo uma aprendizagem por meio das trocas entre estudantes-pesquisadoras.

A articulação entre pesquisa, grupos de estudos e experiências de extensão dentro e fora da universidade mostra-se complementar, uma vez que a prática não pode estar dissociada da reflexividade e dos debates teóricos, assim como a produção teórica não se concretiza sem os interlocutores de pesquisa. A construção transdisciplinar dos saberes, resultante desses elos, demonstra sua relevância na análise das relações sociais e educacionais em espaços de privação de liberdade.

A experiência de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e diferentes atores, incluindo pesquisadores, educadores, pessoas privadas de liberdade e estudantes, contribui para uma visão mais plural das realidades e fenômenos sociais. Esse diálogo tensiona as opressões presentes na lógica eurocêntrica da colonialidade do saber, que muitas vezes permeia as práticas educacionais e de pesquisa no Brasil.

A pesquisa e a extensão, quando alinhadas e integradas, proporcionam uma abordagem ampliada dos fenômenos sociais, mais aproximada e menos hierárquica dos saberes e dos sujeitos. Isso permite identificar outras formas de conhecimento e práticas, localizadas nos contextos em que se trabalha, desafiando os padrões forjados em relações modernas-coloniais. A colaboração entre esses pilares da academia também pode contribuir para a descolonização das relações de poder, dos sujeitos e dos saberes, rompendo com padrões históricos que perpetuam desigualdades dentro e fora da Universidade.

Referências

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 3 de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/resolucoes/resolucoesarquivos-pdf-de-1980-a-2015/resolucao-n-o-3-de-11-de-marcode-2009.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Ceb_n2_2010.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Polén, 2019.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2018.

MAEYER, M. Ter tempo não basta para que alguém se decida a aprender. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 43-55, nov. 2011. DOI 10.24109/2176-6673.emaberto.24i86.2314. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2715>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MAEYER, M. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/30702>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FERRUGEM, D. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7954>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FERNANDES, V. M. **Reflexões acerca da educação na privação de liberdade: possibilidades a partir do pensamento decolonial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218274>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 231-250.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

GARLAND, D. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

GODINHO, A. C. F.; JULIÃO, E. F.; ONOFRE, E. C. Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade. **EccoS**, São Paulo, n. 52, p. 1-19, 2020. DOI 10.5585/eccos.n52.17100. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17100>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

IRELAND, T. Anotações sobre a educação em prisões: anotações sobre a educação em prisões. In: CRAIDY, C. M. (org.). **Educação em prisões**: direitos e desafios. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

JULIÃO, E. F. As políticas de educação para o sistema penitenciário: análise de uma experiência brasileira. In: ONOFRE, Elenice. M. C. (org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFScar, 2007. p. 29-49.

JOSSO, M. C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 13, p. 40-54, jan./abr. 2020. DOI 10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p40-54. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8423>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MOLINA, R. K. Experiência. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Lima: CEAAL, 2015.

ONOFRE, E. C. **Educação escolar na prisão**: o olhar de alunos e professores. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

ONOFRE, E. (org.). **Educação Escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFScar, 2007.

ONOFRE, E. O papel da escola na prisão: saberes e experiências de alunos e professores. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 271-297, jul.-dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5120/512051604008.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

PESSOA, M. et al. Sujeitos da educação de jovens e adultos privados de liberdade: um olhar na perspectiva histórico cultural. In: JUNIOR, N.; TANNUSS, R. **Educação de jovens e adultos privados de liberdade**: Ensaios Interdisciplinares. João Pessoa: Ed. CCTA, 2019.

QUIJANO, A. **Colonialidad y mordernidad/racionalidad**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIMER, M.; ZAGONEL, R. M. A indissociabilidade consciente: uma reflexão sobre o cotidiano da docência. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 9, p. 50-61, jan./jun. 2014. DOI

10.5380/ef.v0i9.38916. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/38916>. Acesso em: 19 mar. 2024.

RELIPEN. **Relatório de Informações Penais**. 15º Ciclo - período de julho a dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-relipen-do-segundo-semester-de-2023/relipen-relatorio-preliminar-de-informacoes-penais-2o-semester-2023.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Jorge Salazar, 2010.

ROCHA, A. L. Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais. *In*: ECKERT, C.; MONTE-MÓR, P. (org.). **Imagem em foco, novas perspectivas em antropologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SOMMERMAN, A.; MELLO, M. F.; BARROS, V. M. (org.). **Educação e transdisciplinaridade II**. São Paulo: TRIOM, 2002.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Repensando a didática**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2002.

VIEIRA, P.; GARCIA, L.; MACIEL, E. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, 2020. DOI 10.1590/1980-5497202000033. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/#>. Acesso em: 19 mar. 2024.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-164, 2014. DOI 10.1590/S0103-20702014000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/L5b6ZxLWyb9ZSnWWLg3cMnC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2024.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía decolonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **Entre palabras**, Ecuador, v. 3, p. 1-29. 2009. Disponível em: <https://redinterculturalidad.files.wordpress.com/2014/02/interculturalidad-crc3adtica-y-pedagogc3ada-decolonial-walsh.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Submetido em 28 de janeiro de 2024.

Aprovado em 12 de março de 2024.